



3.2.2 • As incertezas da Europa • A diversidade de situações e de relações

A potência do meio

Carlos Gaspar

NO FIM DA II GUERRA MUNDIAL, a Grã-Bretanha já não era uma das principais potências mundiais, mas não tinha deixado de ser grande: na frase de Alexander Cadogan, os “três grandes” eram “dois e meio”. Em 1945, as suas responsabilidades internacionais incluíam manter a unidade do Império e da *Commonwealth*, restaurar a Europa em ruínas e consolidar a “*special relationship*” com os Estados Unidos. Porém, já nessa altura não era evidente definir as prioridades entre as suas obrigações, nem como tornar esse tríptico num círculo virtuoso.

A transição imperial

Em 1942, E. H. Carr defendeu que a Grã-Bretanha, depois da vitória, devia federar a Europa, cujos Estados não podiam sobreviver sem uma aliança permanente com uma grande potência, nem fora de um quadro de integração regional. Winston Churchill partilhava essa visão, quando defendeu, nas cimeiras da II Grande Guerra, a formação de três blocos regionais – a Rússia e o seu império, os Estados Unidos e o Hemisfério Ocidental, e a Europa, incluindo a Grã-Bretanha. Em 1945, Ernest Bevin foi no mesmo sentido com a doutrina dos “três Monroes”, em que a Grã-Bretanha devia consolidar a sua “esfera de influência” europeia perante a emergência dos Estados Unidos e da União Soviética.

A realização dessa estratégia foi prejudicada pela recusa francesa de uma aliança bilateral, pela ruptura com a União Soviética e pela bipolarização do sistema internacional. De Gaulle não aceitou as propostas britânicas porque entendia que essa aliança condicionava a França nas suas relações com a União Soviética e os Estados Unidos. Em consequência, o Tratado de Dunkerque só pôde ser concluído depois da demissão do General, em Março de 1947, quando a divisão entre as Nações Unidas já era irreversível e a escalada na competição estratégica entre as duas superpotências tinha anulado a possibilidade da Grã-Bretanha organizar a Europa como uma “Terceira Força”. O momento de viragem ocorreu em Janeiro de 1947, quando o Secretário do Foreign Office reconheceu perante o seu homólogo norte-americano que a Grã-Bretanha, imersa nas crises da Palestina e da Índia, deixara de ter os recursos necessários para salvar a Grécia da ameaça comunista e transferiu as suas responsabilidades para os Estados Unidos. Nos meses seguintes, a “Doutrina Truman” e o “Plano Marshall” serviram para confirmar tanto a divisão da Europa, como a crescente dependência estratégica da Grã-Bretanha e da Europa Ocidental.

Ernest Bevin queria mais e propôs a criação de um “*Atlantic Approaches Pact*”, uma aliança de defesa que garantia a presença militar permanen-

te dos Estados Unidos na Alemanha e na Europa. A condição norte-americana era a unidade europeia e, em Março de 1948, a Grã-Bretanha formou a União Ocidental, com a França e os três países do Benelux. Em Abril de 1949, os Estados Unidos, o Canadá e os cinco membros da União Ocidental, assinaram o Pacto do Atlântico Norte, juntamente com a Itália, a Noruega, Portugal, a Dinamarca e a Islândia.

A Aliança Atlântica foi o principal *apport* da Grã-Bretanha para a reconstrução europeia e, por sua vez, a garantia estratégica norte-americana tornou possível a estratégia francesa de reconciliação alemã. Mas, ironicamente, os parceiros dos Estados Unidos na nova etapa eram a França e a República Federal. Ao contrário de Dean Acheson, Ernest Bevin não teve conhecimento prévio da Declaração de Robert Schuman, em Maio de 1950.

A França, a Alemanha, a Itália e os países do Benelux criaram a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) sem a Grã-Bretanha e, em 1952, estabeleceram a Comunidade Europeia de Defesa (CED), com o apoio dos Estados Unidos e do seu principal aliado. A ideia inicial da França era fazer um Exército europeu para evitar a reconstituição do Exército alemão, mas as divisões internas forçaram-na a desistir do seu próprio projecto. Em 1954, o fim da CED pôs em causa a continuidade tanto do projecto comunitário, como da aliança atlântica.

Anthony Eden salvou ambos quando fez entrar a Alemanha e a Itália na União da Europa Ocidental (UEO) e, por essa via, definiu os termos do acesso da República Federal à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN): todos os membros da “Europa dos Seis” passaram a ser membros da OTAN e definiu-se uma “divisão do trabalho” estável, em que a Aliança Atlântica se tornou a principal responsável pela defesa europeia.

O preço da vitória

Jean Monnet dizia nunca ter percebido por que razão a Grã-Bretanha não tinha aderido às Comunidades Europeias e concluiu que “o preço da vitória era a ilusão de que podia manter o seu estatuto sem mudar nada”.

Mas, em 1956, a crise do Suez forçou a viragem. A imediata resposta britânica foi restaurar a “*special relationship*” com os Estados Unidos, mas a francesa (e alemã) foi concluir o Tratado de Roma. Depois, o recuo estratégico da Grã-Bretanha, a descolonização e a criação da Comunidade Económica Europeia (CEE) forçaram o Primeiro Ministro Harold Macmillan a rever a sua estratégia. Em 1959, a Grã-Bretanha formou a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) com os países escandinavos, a Austria e Portugal,

para criar uma alternativa à “*Little Europe*”. Mas, em 1962, entre a pressão dos Estados Unidos e o sucesso da CEE, pediu a adesão às Comunidades Europeias (CE), seguida pelos restantes membros da “Europa dos Sete”. Em Janeiro de 1963, De Gaulle vetou a entrada da Grã-Bretanha, que acusou de ser um “Cavalo de Tróia” dos Estados Unidos: as Comunidades Europeias não podiam ser uma extensão da Aliança Atlântica. O isolamento britânico era completo. Dean Acheson concluiu que a Grã-Bretanha “*had lost an empire and has not yet found a role*”, enquanto Harold Macmillan escrevia no seu diário: “*All our policies, at home and abroad, are in ruins*”. Dez anos mais tarde, depois da demissão do General, a Grã-Bretanha entrou nas Comunidades Europeias. O Livro Branco sobre a Grã-Bretanha e a Europa considerava que “num mundo mais multipolar, uma Europa unida teria os meios para recuperar a posição internacional perdida por uma Europa dividida” e, nesse contexto, a adesão era imperativa: se a Grã-Bretanha não entrasse teria, “na mesma geração, renunciado ao império e rejeitado um futuro europeu”.

Durante um breve intervalo, Georges Pompidou e Willy Brandt ensaiaram com Edward Heath uma forma de trilateralismo, em que a concertação das principais potências se tornou o centro da construção europeia. Mas essa tentativa não sobreviveu ao regresso do “eixo” franco-alemão com Giscard d’Estaing e Helmut Schmidt, em 1974, nem à eleição de Harold Wilson. Os limites da adesão britânica ficaram claros quando, em Março de 1979, a Grã-Bretanha foi o único membro das Comunidades Europeias que não aderiu ao Mecanismo das Taxas de Câmbio do Sistema Monetário Europeu. Eleita nesse ano, Margaret Thatcher e a crise provocada pela renegociação da contribuição britânica para o orçamento comunitário – “*We want our money!*” – confirmaram que a Grã-Bretanha nunca seria um “Estado-membro” como os outros.

A potência do meio

A Grã-Bretanha aderiu às Comunidades Europeias, em boa parte, para consolidar a sua “*special relationship*” com os Estados Unidos e para escorar a sua posição como a “potência do meio”, garante europeu da unidade transatlântica.

Esse estatuto foi posto à prova no fim da Guerra Fria. Margaret Thatcher opôs-se à estratégia norte-americana de unificação da Alemanha, enquanto François Mitterrand, o seu parceiro no momento da queda do muro de Berlim, acabou por escolher a aliança continental, que abriu caminho para a União Europeia. Os riscos de um duplo isolamento foram ultrapassados pelos seus sucessores. A negociação do Tratado de Maastricht foi con-

cluída por John Major, que apoiou a criação de uma União Europeia (UE) sem vocação federal, nem defesa comum, bem como o projecto da União Económica e Monetária (UEM), na condição de ficar de fora. O Primeiro-Ministro conservador considerava “uma catástrofe” criar a moeda única “sem a convergência das economias nacionais”, mas a cláusula de *opting-out* definia uma nova orientação: a Grã-Bretanha queria pertencer ao “*charmed circle*” da decisão europeia e demonstrar o seu empenho na construção europeia, mesmo quando não tinha condições para seguir as políticas de integração mais avançadas.

Em 1997, Tony Blair foi o primeiro trabalhista a fazer campanha em nome da Europa e, embora partilhasse a preferência norte-americana dos seus predecessores, defendeu sempre que não havia nenhuma diferença entre ser europeísta e atlantista. Desde a sua primeira eleição, quis compensar a impossibilidade de entrar na moeda única, com novas iniciativas. Em 1998, a Declaração de St. Malo, aprovada na cimeira entre o Primeiro-Ministro e Jacques Chirac, abriu caminho para a criação da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) e criou uma nova dimensão na construção europeia. Paralelamente, a Grã-Bretanha continuou a apoiar a Alemanha na sua estratégia de dupla integração das novas democracias pós-comunistas na UE e na OTAN. Ao mesmo tempo, com a Espanha, a Itália e Portugal, o Primeiro-Ministro lançou a “Agenda de Lisboa”. Blair era contra o “*European superstate*”, mas queria contribuir para a emergência de um “*European superpower*”.

O “11 de Setembro” e a invasão do Iraque forçaram Blair a escolher a aliança norte-americana e a enfrentar a Alemanha e a França na crise que dividiu os aliados em 2003. Mas, logo a seguir,

Chirac propôs a Blair voltar ao trilateralismo, para restaurar a concertação estratégica no momento em que se ia completar o duplo alargamento da OTAN e da UE. Com Gerhard Schroeder, a nova *troika* europeia concluiu o Tratado Constitucional, mas a concertação tripartida durou pouco tempo. O momento de ruptura foi a escolha do novo Presidente da Comissão Europeia, em 2004, quando Blair não aceitou a escolha alemã e impôs o seu candidato, José Durão Barroso. No ano seguinte, os eleitores franceses que votaram contra o Tratado Constitucional salvaram Blair dos riscos de um *referendum*, mas abriram uma nova crise europeia.

Os dilemas da crise

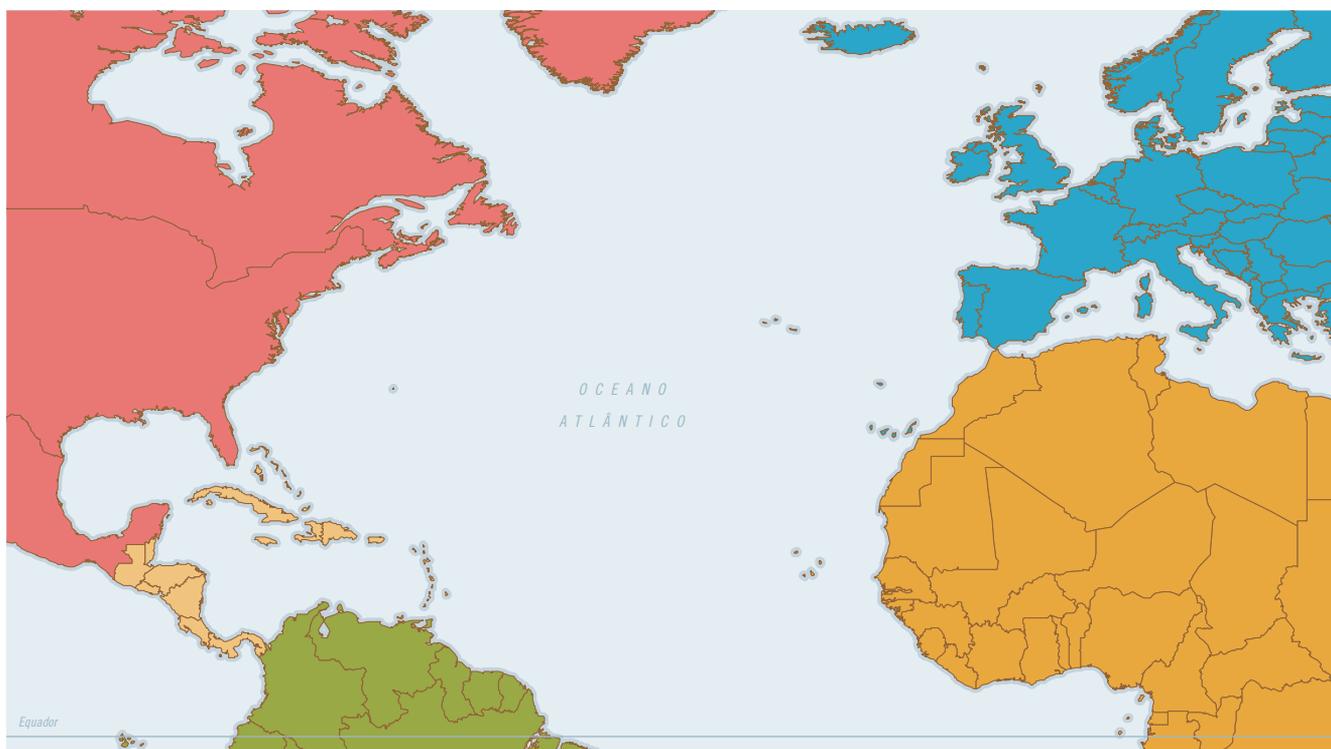
No fim dos três mandatos de Blair, a Grã-Bretanha tinha recuperado a sua posição única e era não só o aliado indispensável dos Estados Unidos, como tinha passado a estar no centro da União Europeia. Porém, os seus sucessores não conseguiram defender esse legado, sobretudo depois da crise financeira de Setembro de 2008.

Eleito em 2010, o novo Primeiro-Ministro conservador não só quis separar a Grã-Bretanha da “crise das dívidas soberanas” e evitar que a economia britânica fosse demasiado prejudicada pela crise do Euro, como retirou os *Tories* do Partido Popular Europeu e, em Dezembro de 2011, vetou o “Tratado Orçamental”. Nesse processo, James Cameron separou-se de Angela Merkel, que preferia que todos aderissem ao novo tratado e ficou isolado numa “minoridade de dois”, uma vez que só a Grã-Bretanha e a República Checa se recusaram a assinar. Ironicamente, tal como a França, a Grã-Bretanha parece ser a favor de um “governo económico” exclusivo da Eurozona e da institucionalização de uma “Europa a duas velocidades”.

Contra a política dos seus predecessores, Cameron aceitou retirar a Grã-Bretanha do centro da decisão europeia e deixar a Alemanha sozinha com a França.

“
A Grã-Bretanha aderiu às Comunidades Europeias, em boa parte, para consolidar a sua “special relationship” com os Estados Unidos e para escorar a sua posição como a “potência do meio”, garante europeu da unidade transatlântica.
”

O dilema britânico é claro. Por um lado, o Primeiro-Ministro conservador não pode aceitar nenhuma transferência adicional de poderes para a UE e, por outro lado, a integração crescente da Eurozona e arredores marginaliza cada vez mais a Grã-Bretanha. Nesse contexto, as propostas para uma consulta sobre a Europa tornaram-se irresistíveis e Cameron aceitou convocar um *referendum* europeu depois das próximas eleições gerais. Essa perspectiva torna provável uma prévia revisão do estatuto da Grã-Bretanha na União Europeia que possa evitar uma ruptura definitiva. A frase de Churchill continua a ser verdadeira: os britânicos “*are with Europe but not of Europe*”. Mas é verdadeira nos dois sentidos: a Grã-Bretanha não pode ficar presa à Europa continental, mas a “potência do meio” só pode realizar a sua vocação num quadro de continuidade fundamental da UE e da Aliança Atlântica. ■



Atlântico Norte. Fonte: OBSERVARE.